



Recebido em:
01/08/2017
Aprovado em:
03/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

O ENSINO DE CIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

TUANE VERONICA PINHEIRO DOS SANTOS
CARLA ROCHA DE ALMEIDA
DEGENAURA GOMES DE ANDRADE STEFANIU

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO: Este artigo foi realizado com o objetivo de apresentar um estudo de estado da arte sobre a educação inclusiva no ensino de Ciências. Procuramos analisar os trabalhos publicados nos encontros nacionais de pesquisa em educação em Ciências (ENPEC), os artigos e periódicos nacionais e as dissertações e teses produzidas na Universidade Federal de Sergipe a fim de identificar as produções científicas sobre o tema educação inclusiva e os focos abordados nestes trabalhos. Delimitamos nosso trabalho de pesquisa entre os anos de 2000 a 2016, tendo sido apresentados 439 trabalhos durante esse período e apenas 56 referem-se à temática da educação de pessoas com deficiência e o ensino de Ciências. Foram produzidas 24 dissertações e nenhuma tese na UFS durante esse período sobre a temática abordada.

Palavras-chave: educação inclusiva - estado da arte - ensino de Ciências

ABSTRACT: This article was accomplished with the objective of presenting a state of the art study on inclusive education in science teaching. We seek to analyze the papers published in the National Science Education Research (ENPEC) meetings, the national papers and journals, and the dissertations and theses produced at the Federal University of Sergipe in order to identify the scientific productions on the topic of inclusive education and the topics covered in these works. We delimit our research work between the years 2000 and 2016, with 439 papers presented during this period and only 56 refer to the theme of the education of people with disabilities and the teaching of science. Twenty-four dissertations and no dissertation were produced at UFS during this period on the subject.

Keywords: inclusive education - state of the art - science education

1-INTRODUÇÃO:

Embora não seja algo novo, um dos temas mais discutidos nos últimos anos no contexto educacional diz respeito à necessidade de se repensar o papel da escola em relação às pessoas com deficiência e que a sociedade historicamente rotula como diferentes, assumindo que tais diferenças são na verdade sinônimos de incapacidades intransponíveis tanto física quanto intelectuais.

Tal concepção tem como consequência a exclusão dos indivíduos com deficiência dos meios sociais, pois a sociedade tende a isolar aqueles que fogem ao conceito e padrão de normalidade através das definições por ela impostos.

Rozek (2010), chama a atenção para o fato de que “o entendimento da deficiência como um desvio de normalidade, constitui-se como um objeto de isolamento e vigilância que se manifesta sob a forma de preconceito e discriminação”.

Neste contexto, a escola tem um papel extremamente relevante nesse processo de inclusão/exclusão das pessoas

com deficiência, sendo assim é necessário que se repense de que maneira se dá a inserção dos mesmos nesse ambiente escolar, quais as condições de ensino e aprendizagem estão sendo oferecidas a esses alunos visando à permanência e a socialização dos mesmos ou se estas práticas suscitam a exclusão.

As questões referentes à inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares cresceu consideravelmente nos últimos anos, estas são pautadas em dois dispositivos legais que impulsionaram a inclusão social e educacional.

A resolução CNE/ CEB, n.2/ 2001, no seu art. 2º deixa claro a obrigatoriedade das escolas em acolher todas as crianças que se apresentam para matrícula sejam “portadoras de necessidades especiais”(termo utilizado em 2001 para designar pessoas com deficiência), ou não (BRASIL, 2001).

Outro documento também muito importante nesse processo de inclusão é a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que define quais sujeitos são atendidos pela educação especial, são eles, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, determinando que estes sujeitos devam receber atendimento com fins de suplementação e complementação curricular oferecida, preferencialmente no ensino regular (BRASIL, 2008).

A educação de pessoas com deficiência baseia-se no princípio da igualdade para todos, esta ideia é corroborada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) através do “reconhecimento dos direitos humanos e o exercício dos direitos e deveres da cidadania” (BRASIL, 1988, p.). As pessoas com deficiência tem o direito de exercer sua cidadania e para tal é necessário que lhes sejam ofertadas condições de desenvolver uma visão crítica sobre a realidade que o cerca.

Tendo em vista que a ciência, a tecnologia e suas implicações sociais fazem parte da nossa vida cotidiana, é de suma importância que o ensino de Ciências faça parte da educação desses alunos, pois estes favorece a formação da cidadania à medida que permite ao aluno analisar diferentes situações que envolvem o seu cotidiano e a determinação de sua qualidade de vida, tendo o cidadão necessidades educativas especiais ou não.

No contexto do ensino de Química, devemos considerar que alunos com algumas deficiências específicas como a visual, auditiva ou até mesmo a cognitiva são mais passíveis de apresentarem dificuldades para aprender os conteúdos de Química. Esse fato está relacionado a uma série de fatores, tais como, o despreparo do professor com relação ao que ensinar e, principalmente ao como ensinar a esses alunos, ou ainda a combinação inadequada entre as limitações do aluno, as do ambiente escolar e do próprio conteúdo curricular.

Em uma educação inclusiva é necessário que o professor tenha em mente que o aluno com deficiência pode aprender como os outros, mesmo em algumas situações, em que apresente limitações específicas. Nesta perspectiva, o papel do professor de química como mediador desses alunos configura-se como um grande desafio tendo em vista que é desnecessário diferenciar o conteúdo químico ofertado ao aluno com deficiência daqueles que serão oferecidos aos demais alunos.

Em suma, o professor enfrenta dificuldades na tentativa de eliminar as barreiras que prejudicam o processo de ensino e aprendizagem destes alunos, é claro então, a necessidade de que novas práticas pedagógicas sejam adotadas por esses professores e redirecionadas as necessidades e individualidades desses alunos e que poderão ajuda-los no processo de ensino e aprendizagem desses conceitos.

Neste contexto, esse trabalho foi realizado com o intuito de apurar e compreender como os encontros e as publicações científicas das áreas de educação tem abordado a educação inclusiva de pessoas com deficiência, principalmente no que tange ao ensino de Ciências, a partir de artigos, periódicos e trabalhos de pesquisa entre os anos de 2000 e 2016.

2-A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

A educação das pessoas com deficiência tem início no Brasil na época do Império no século XIX através de iniciativas de algumas instituições particulares e oficiais, de forma filantrópica e assistencialista e somente a partir de 1950 essa modalidade de ensino passa a ser incluída na política educacional brasileira (MAZZOTTA, 2011).

O atendimento as pessoas com deficiência teve início em 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Meninos

Cegos, atual Instituto Benjamin Constant - IBC, e a criação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos em 1857, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (BRASIL, 2007).

Mazzotta (2011), afirma que em ambos os institutos foram instalados oficinas para a aprendizagem de ofícios. Para os meninos cegos eram ofertadas oficinas de tipografia e encadernação e para as meninas tricô, já os meninos surdos recebiam formação em sapataria, encadernação, pautação e douração.

No século XX são fundadas instituições que atendem a algumas necessidades específicas, tais como, o Instituto Pestalozzi (1926), que atende doentes mentais, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE em 1954 e em 1945 foi criado o primeiro atendimento educacional especializado as pessoas com superdotação na sociedade Pestalozzi por Helena Antipoff.

Em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei n 4.024/61, a educação dos “excepcionais” passa a ser um direito que deve ser ofertado preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71, ao alterar a LDBEN de 1961 no que tange ao tratamento especial dado aos alunos com deficiência não a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. Nesse período nenhuma política pública de acesso universal se efetiva permanecendo a concepção de políticas especiais para tratar da educação de alunos com deficiência (BRASIL, 2007).

No processo de inclusão da pessoa com necessidade destacamos a Lei nº 7.853/89 que estabelece “normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e sua efetiva integração social”, foi regulamentada com decreto de nº 3.289/99, que reafirma o direito das crianças serem matriculadas nas escolas em todos os níveis, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. O Estatuto da criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça também o direito e a obrigação dos pais matriculem seus filhos na rede de ensino regular.

Um dos marcos históricos da educação inclusiva no mundo é a Declaração de Salamanca, realizada em 1994, na Espanha pela UNESCO, na conferência mundial sobre as necessidades educativas especiais. No Brasil a educação especial foi desenvolvida em consonância com a Declaração de Salamanca tendo como objetivo estabelecer princípios políticos e práticas na área das necessidades educativas especiais.

Atualmente no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, estabelece que as pessoas com deficiência sejam matriculadas preferencialmente na rede regular de ensino, mas quando houver necessidade, deverão ter apoio especializado para atender a sua peculiaridade, o atendimento se dará em classes, escolas ou serviços especializados, sempre em função das necessidades dos alunos.

A convenção internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006 é considerada um instrumento na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, uma vez que estabeleceu em seu texto deveres e ações do Estado para legitimação desses direitos. No Brasil sua publicação foi através do Decreto de nº 186/2008 sendo incorporada a legislação nacional como emenda.

Já o decreto nº 6.094/2007, institui as diretrizes do Plano de Metas com o compromisso de todos pela educação, propôs a colaboração de todas as esferas nacionais (estados, municípios e Distrito Federal), porém é em 2008 que a educação inclusiva passa a ser compreendida nos fundamentos da concepção de direitos humanos, com estratégias políticas e promotoras de ações de uma educação de qualidade inserida nos aspectos culturais, sociais e pedagógicos, sendo oferecida desde a educação infantil até o nível superior.

O Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, constitui o atendimento educacional especializado – AEE que envolve a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos de acessibilidade possibilitando eliminar as barreiras que cercam o ambiente de educação, criando condições efetivas para o acesso e participação dos alunos com deficiência.

2.1-A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SERGIPE

Para Souza (2013), a educação especial em Sergipe deu-se nos mesmos moldes e propósitos das elites que dominavam o país e que tinham como objetivo afastar as pessoas com deficiência de seus convívios sociais ocasionados pelo desconforto causado pelo que tais pessoas representavam.

Em 1921 é elaborado um projeto do Deputado Antônio Carvalho Neto, que apresentava a necessidade da criação das escolas de aperfeiçoamento e classes especiais para atrasados visando à educação das pessoas com deficiência (anormais, segundo designação da época).

Entre 1920 e 1950 a educação especial em Sergipe estagna e nenhuma instituição educacional é criada para pessoas com deficiência. Segundo Souza (2013), as pessoas com deficiência são tratadas com medo e repugnância e esse fato decorre do desconhecimento e das crenças populares.

Segundo Souza (2013), em Aracaju até por volta de 1950 não existia escolas voltadas para pessoas com necessidades especiais, foi criada para esse fim a escola para cegos que funcionou no Serviço de Assistência a Mendicância (SAME), fundada pela igreja católica se constituindo a primeira iniciativa sistemática na educação das pessoas com deficiência em Aracaju.

Após a desativação dessa escola os cegos ficam sem atendimento até 1962 quando é então fundado o instituto Ninota Garcia que funcionou como escola para surdos, cegos, deficientes mentais e motores tendo como proposta educacional a preparação para o trabalho. Já em 1967 surge a Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE) tendo como clientela principalmente os portadores de Síndrome de Down.

Entre 1973 e 1975 o estado de Sergipe assume sua responsabilidade na educação das pessoas com necessidade, principalmente através de uma equipe de apoio pedagógico integrante da Secretaria de Educação e Cultura. Em 1977 é instalada a primeira classe especial nas escolas de 1º grau 11 de agosto que ainda hoje mantém a tradição de trabalhar com alunos com deficiência, a surdez dentre elas.

Segundo Matos (2007) em 1996, o governo concretiza a implantação do “Centro de Referência em Educação Especial do Estado de Sergipe” (CREESE), resultante de convênio com o CELAEE de Cuba, e no projeto original o CREESE é apresentado como órgão articulador e executor de todas as ações pertinentes à educação especial no estado, numa função que claramente coincide com a do DIEESP.

Matos (2007), afirma que um grande passo na educação especial em Sergipe foi o Conselho Estadual de Educação aprovar a Resolução nº 119/2000, em 21 de dezembro de 2000, que estabeleceu as normas para a educação especial no Sistema Estadual de Ensino.

3-METODOLOGIA:

O presente artigo é um estudo de estado da arte, é de caráter bibliográfico e se propõe a realizar um levantamento dos trabalhos de pesquisa, artigos e periódicos, dissertações e teses produzidas na Universidade Federal de Sergipe no período de 2000 a 2016. As informações foram coletadas através de *sites* de revistas e de anais de encontros de educação e, consulta ao portal CAPES e a BDTD (Banco digital de teses e dissertações), com o intuito de apurar como vem sendo abordado à educação inclusiva das pessoas com deficiência e com que frequência e enfoque o ensino de Ciências vem sendo contemplado nesses trabalhos.

As Pesquisas de Estado da arte ou estado do conhecimento permite a construção do aporte teórico de uma determinada área do conhecimento e nos permite compreender como ocorre a produção de conhecimento através dos trabalhos acadêmicos, tais como, monografias, dissertações e teses, assim como artigos e periódicos publicados em revistas específicas e os encontros e eventos.

Segundo Romanowski (2006) e Ferreira (2002), apontam que as pesquisas de estado da arte podem constituir um marco histórico de uma área de conhecimento possibilitando sua evolução e permitindo inventariar e sistematizar tudo que é produzido sobre um determinado campo do conhecimento.

Foram analisadas cerca de 80 dissertações disponíveis na BDTD e produzidas pela UFS, trabalhos orais e pôster publicado nos ENPECs, cerca de 439 trabalhos, revistas de educação e voltadas para o ensino de Ciências como Caderno Brasileiro de Física, Química nova na Escola, Revista Brasileira de Física e Revista Brasileira de Pesquisa

em Educação em Ciências.

Realizou-se a seleção dos trabalhos disponíveis on-line através de descritores específicos, tais como, educação inclusiva, educação especial, ensino de Ciências (Química, Física ou Biologia) e educação inclusiva, seguida da leitura do resumo de cada trabalho. Em algumas situações os resumos não são bastante claros e tornou-se necessário a leitura de todo corpo do trabalho.

3-RESULTADOS E DISCUSSÕES

As temáticas referentes à educação especial e todas as suas vertentes vêm sendo objeto de interesse há muito tempo por parte dos estudiosos em educação, como vem sendo comprovado pela grande produção de trabalhos realizados nos últimos anos na forma de encontros e eventos científicos, teses, dissertações, artigos e periódicos que versam sobre os mais variados temas que envolvem a educação de pessoas com deficiência.

Neste trabalho analisamos pesquisas em educação especial no ensino de ciência apresentados nos encontros nacionais de pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) e também em periódicos nacionais relacionados ao ensino de ciências, procurando verificar as produções sobre o tema e os diversos tipos de necessidades especiais e os focos abordados nestes trabalhos. Analisamos ainda teses e dissertações referentes à educação de pessoas com deficiência disponíveis nos acervos do BDTD (Banco de teses e dissertações) da UFS (Universidade Federal de Sergipe). Para esse trabalho delimitamos o intervalo de tempo entre os anos 2000 a 2016.

Analisamos os trabalhos de comunicação oral e pôster publicados nos ENPECs e em algumas revistas nacionais, tais como, Ensaio, Investigação em Ensino de Ciências, Ciência e Educação, Caderno Brasileiro de Física, Química nova na Escola, Revista Brasileira de Física e Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências.

Nas atas dos ENPECs foram localizados 80 trabalhos que se relacionam com a Educação Especial, já nos periódicos foram encontrados 45 artigos sobre o referido assunto. Nesses eventos foram apresentados 439 trabalhos, destes apenas 56 referiam-se a temática da educação de pessoas com deficiência e o ensino de ciências.

Entre os anos de 2000 a 2016 foram publicados 26 trabalhos de Física, 6 trabalhos de Biologia, 3 trabalhos de matemática e 9 trabalhos de Química que relacionavam a temática da educação da pessoa com deficiência. Em relação às diversas formas de deficiência abordadas verificamos que a deficiência visual corresponde a 61% dos trabalhos, a deficiência auditiva a 27% e 12 % dos trabalhos abordam a Educação especial em contexto geral, tais como, políticas públicas, currículo, formação de professores.

Na análise dos periódicos constatamos que 60% das publicações referenciam-se ao Ensino de Física, 20 % ao Ensino de Química e 20% ao Ensino de Ciências nas series do ensino fundamental até o nono ano. Com relação ao tipo da deficiência 55% abordam a deficiência visual, 25% abordam a deficiência auditiva e 20% abordam as demais deficiências.

Em relação aos focos temáticos da pesquisa, os trabalhos consistiam em:

Formação de professores (10 ENPEC e 11 periódicos), podemos citar os trabalhos de Barbosa- Lima e Machado (2011), que pesquisam sobre o aluno com deficiência visual nas aulas de Física, Benite e Oliveira (2011) que trabalham na perspectiva da educação de surdos;

Ensino e Aprendizagem (30 ENPEC e 11 periódicos), podemos citar neste foco os trabalhos de Camargo e Nardi (2005), que trabalham abordagem de conceitos, Pereira et al (2011) que trabalham a abordagem de metodologias para aulas de Química para alunos surdos e placa et al (2011). 1ue trabalham na perspectiva do ensino de Física para alunos surdos.

Materiais Didáticos (12 ENPEC e 01 periódico), podemos destacar o trabalho de Lourenço e Marzorati (2005), Tato e Lima (2007) que trabalham com a construção e avaliação de materiais didáticos para deficientes visuais.

Levantamento Bibliográfico (04 ENPEC): destacamos o trabalho de Lipe e Camargo (2009) que realizaram um levantamento sobre trabalhos voltados para alunos cegos em aulas de Química;

Novas Tecnologias e Comunicação (02 periódicos): Podemos citar o trabalho de Paiva (2006), que aborda as TIC

na Educação Especial de alunos surdos, e ainda Pereira e Benite (2014) que trabalha a utilização de redes sociais na formação de professores de ciências para a Educação especial.

No estudo das dissertações sobre a educação de pessoas com deficiência iremos focar naquelas que foram produzidas na Universidade Federal de Sergipe, pois consideramos que esta análise mostrará a preocupação e as tentativas que vêm sendo demonstradas em proporcionar a educação das pessoas com deficiência em nosso estado buscando a inclusão dessas pessoas nos diversos ambientes sociais.

Tabela 1: Dissertações produzidas na Universidade Federal de Sergipe

ANO	AUTOR	ESPECIFICIDADE	TÍTULO
2012	Santos, Jorge H. Vieira.	GERAL	Polidez e inclusão: o ser e o parecer no discurso de professores sobre a inclusão da pessoa com deficiência na escola
2012	Santos, Antônio C. Nogueira.	GERAL	Acessibilidade da pessoa com deficiência física: O caso da UFS
2013	Nunes, Patrícia M. Souza.	CEGUEIRA	O processo educacional do cego em Aracaju (1950- 1970)
2013	Prado, Renata B. de Souza.	CEGUEIRA	Tecnologia assistiva para o ensino de matemática aos alunos cegos: o caso do centro de apoio pedagógico para atendimento as pessoas com deficiência visual
2013	Santos, Flávio Correa.	CEGUEIRA	As disciplinas de exatas e o processo de ensino para alunos com deficiência visual na UFS
2013	Teles, Margarida Maria	SURDEZ	A dança das mãos na significação da história: a língua brasileira de sinais na comunidade de pessoas surdas de Aracaju/ SE (1960-2002)
2013	Barbosa, Osilene Souza Lima.	Surdez	A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas
2014	Fernandes, Priscila Dantas.	SURDEZ	A inclusão de alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do centro de ciências exatas e tecnologia da UFS
2014	Alcântara, Juliana do Nascimento.	Formação de professores	A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva: desvelando os fios da trama
2014	Costa, Edivaldo da Silva.	Surdez	O ensino de Química e a língua brasileira de sinais- Sistema Sign Writing: no monitoramento interventivo na produção de sinais científicos
2014	Souza, Alberto Dantas de.	CEGUEIRA	O uso de tecnologias assistivas no acesso à WEB por alunos com deficiência visual da UFS
2015	Cunha, Marleide dos Santos.	Cegueira	Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental
2015	Santos, Sandra de Andrade.	Surdez e Cegueira	Prospecção em tecnologia assistiva para alunos com surdez e cegueira no ensino superior
2015	Dias, Marília Silva.	Surdez	Letramento de surdos em língua espanhola: uma construção possível
2015	Santos, Ilvanir da Hora.	Surdez	O ensino das quatro operações matemáticas para alunos surdos no ensino fundamental
2015	SEIXAS, Catharine Prata.	Surdez	O instituto de Educação de surdos e a formação de professores para surdos em Sergipe

2015	Silva, Valéria Simplicio da Simplicio,	Surdez- LIBRAS	(1959-1961) A implantação de Língua Brasileira de sinais como disciplina curricular obrigatória na UFS
2015	Micheline Idalga de	Altas habilidades	Atendimento educacional a alunos com talento matemático e sua influência no desempenho escolar
2016	Santos, Alex Reis dos	Surdez	Comunicação e facebook: a produção de conhecimento na mão do aluno surdo
2016	Vilela, Cristiano das Neves	Surdez	Gênese na educação de surdos em Delmiro Gouveia
2016	Pereira, Simone L. da Silva	Surdez	Mídias comunicacionais e educacionais na pedagogia surda: proposição do STOOD- ON como modelagem de ambiente de aprendizagem
2016	Santos, M ^a Lucia Ribeiro	Deficiência intelectual	O aluno diagnosticado com deficiência intelectual: limites da perspectiva classificatória.
2016	Aragão, Ildema Gomes	Cegueira	Relações com o saber e o universo explicativo da pessoa com cegueira total sobre a aprendizagem de geometria

Fonte: BDTD UFS

Na análise de teses produzidas na UFS no período estipulado não encontramos nenhuma que trabalhasse na perspectiva da Educação de pessoas com deficiência, mesmo assim, vale ressaltar os trabalhos de duas professoras do departamento de Educação que são bastante atuantes nas pesquisas nessa temática. A Tese da professora Verônica dos Reis Mariano Souza realizada na UFBA em 2007 com o tema Gênese da Educação de Surdos em Aracaju e a tese da professora Rita de Cácia Santos Souza realizada na UFBA em 2009 onde faz uma análise histórica deste tema com o título Educação Especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX: cuidar e educar para civilizar.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular tornou-se algo bastante comum devido em grande parte aos movimentos sociais que lutam em prol da igualdade, a promulgação de leis que garantem o direito a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas, as políticas públicas de inclusão e a busca de melhor qualidade de vida e oportunidades para todas as pessoas.

Entretanto, embora cientes da necessidade de inclusão das pessoas com deficiência no espaço escolar, a realidade enfrentada pelos atores desse processo é outra. Os espaços escolares nem sempre estão preparados para um atendimento personalizado, os docentes não tem formação inicial adequada e tem que recorrer a cursos de capacitação, a pouca participação dos pais no processo de inclusão dos estudantes e é ainda muito comum a dificuldade de identificação da necessidade educacional que o estudante apresenta.

Neste contexto, esse trabalho mostra que nos últimos anos houve um aumento significativo das produções científicas nas áreas da educação e em especial no ensino de Ciências e que mostram a relevância do tema para todos os agentes envolvidos no processo de uma educação inclusiva.

E importante ressaltar ainda os esforços e o empenho da Universidade Federal de Sergipe em contribuir com o estudo a respeito da inclusão das pessoas com deficiência através dos trabalhos de pesquisa realizados nesta instituição, mostrando sua atuação bastante significativa. Um aspecto que observamos em nosso levantamento sobre os trabalhos realizados na UFS é o espaço ocupado por pesquisas sobre deficiência auditiva/surdez e cegueira, e poucos

trabalhos sobre outras deficiências e a formação de professores, o que nos mostra a necessidade de investir em pesquisas que contemplem esses aspectos.

5-REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA-LIMA, M. C.; MACHADO, M. A.D. Educação Inclusiva e a formação de professores de Ciências: o papel das universidades federais na capacitação dos futuros educadores. **Revista Ensaio**. Belo Horizonte, v.13, n.03, p.99-117, set-dez. 2011.

BRAUN, Patrícia. **A Inclusão Educacional de alunos com deficiência intelectual**. 180 f. Tese (tese em educação)- Universidade Federal de Uberlândia.

BENITI, Anna M. Canavarro et al. **O Diário; virtual Coletivo**: um recurso para investigação dos saberes docentes mobilizados na formação de professores de química de deficientes visuais. *Química Nova na Escola*, São Paulo, v.36, n. 1, p. 61-70, 2014.

CAMARGO, E. P.; BARROS FILHO, J. Ensino de Física e deficiência visual: atividades que abordam o conceito de aceleração da gravidade. **Revista Investigações em Ensino de Ciências**, v. 11, n. 3, p. 343-364, dez. 2006. Disponível em. Acesso em: 12 mai. 2013.

CAMARGO, E. P.; NARDI, R. Dificuldades e alternativas as iniciais encontradas por licenciando para a elaboração de atividades de ensino de física para alunos com deficiência visual. **Atas do V Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Baurus, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. - Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.72 p.

... Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessada em: 22 de maio de 2012.

BRASIL. Lei nº. 4.024/61. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

_____. Lei nº. 9.394/96. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos político-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010, 73 p.

GIL, Antônio Carlos: **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUASSELLI, Maristela, Ferrari Ruy. **Formação continuada na perspectiva da educação inclusiva e prática**. 2014 156 f. Tese (Tese em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LOURENÇO, I. M. B; MARZORATI, L. Ensino de química: proposição e testagem de materiais para cegos. **Atas do V Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Bauru-SP, 2005.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M: **Fundamentos de metodologia científica**. Ed. Atlas, 7 ed., 2010. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, N. D. A política de educação especial no estado de Sergipe (1979-2001). **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Jan.-Abr. v.13, n.1, p.77-94, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: método e técnica**. 3 ed., São Paulo: Atlas, 2012.

ROZEK, Marlene. **Subjetividade, formação e educação especial: histórias de vida de professores** 2010. 250 f. Tese (tese em educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe (Século XX)**: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Aracaju: Criação, 2013.

TEIXEIRA, Enise Barth. **A análise de dados na pesquisa científica**: Importância e desafios em estudos organizacionais. Ed. Unijui, ano 1 n.2, 2003, p. 177-201.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman; 2005.

Aluna de Pedagogia da Faculdade Mauricio de Nassau- tuane-pinhoero@hotmail.com[1]

Administradora, professora da rede SENAC- cralmeida42@outlook.com[2]

Mestre em Ciências da Educação, Doutoranda em ciências da educação -degestefani@hotmail.com[3]

[1] Aluna de Pedagogia da Faculdade Mauricio de Nassau- tuane-pinhoero@hotmail.com

[2] Administradora, professora da rede SENAC- cralmeida42@outlook.com

[3] Mestre e Ciências da Educação, Doutoranda em ciências da educação -degestefani@hotmail.com